

VARIANTES TEXTUAIS E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

As variantes linguísticas
em a *Barca do Inferno* de Gil Vicente

Ana María García Martín*

* Universidad de Salamanca. [Este artigo é resultado do trabalho de investigação desenvolvido para o projecto *Arcádia Ibérica* (FFI2009-07451 do Ministerio de Ciencia y Tecnología de Espanha).

RESUMO

Propomo-nos neste artigo analisar o *corpus* de variantes linguísticas que podemos coligir ao confrontar as edições de 1518 e 1562 de *A Barca do Inferno* de Gil Vicente. Verificamos a existência dos seguintes tipos de variantes linguísticas entre as duas lições: a. variantes gráficas; b. variantes fonéticas; c. variantes morfossintáticas e d. variantes discursivas. Trata-se de uma análise indispensável para determinar, junto com o estudo das variantes textuais, o *codex optimus* do auto vicentino. Por outro lado, consideramos que um estudo nestes termos interessará também pelos dados que proporciona à investigação da história da língua portuguesa no século em que se consagra a sua modernização, assim como serve para compreender o papel normativizador e uniformizador desempenhado pela imprensa.

PALAVRAS-CHAVE

Variantes linguísticas. *Barca do Inferno*. Gil Vicente.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the *corpus* of linguistic variation that arises from the comparison of the 1518 and the 1562 editions of *A Barca do Inferno* by Gil Vicente. We can acknowledge the existence of several types of linguistic variants at: a. graphic level, b. phonetic level, c. morpho-syntactic level and d. discourse level. It is an indispensable analysis in order to determine, with the study of the textual variation, the *codex optimus* of the vicentine play. Besides, we are convinced that this study will contribute to awake interest due to the data that it provides to the investigation of the History of the Portuguese Language, in a century in which that language suffers such an important modernization, as well as help to evaluate the normalizing and standardizing role played by printing.

KEYWORDS

Linguistic variants. *Barca do Inferno*. Gil Vicente.

A crítica textual e a história da língua são disciplinas que se retroalimentam. Se os conhecimentos histórico-linguísticos são fundamentais para estabelecer a filiação entre diferentes lições textuais, é igualmente certo que para a história de uma língua se podem extrair dados muito interessantes da *collatio* das diferentes lições de uma obra. Como afirma o linguista espanhol Pedro Sánchez-Prieto, trata-se de um:

Principio doble que en realidad es una misma vía recorrida en sus dos sentidos, pues lo que sabemos de la historia de la lengua permite distinguir la lección genuina del error textual, y, al revés, lo que nos dice la historia textual puede servirnos para conocer mejor la lengua antigua.¹

Sendo assim, a crítica textual não poderá prescindir da história da língua. Todo o filólogo que empreenda a tarefa de editar um texto medieval ou clássico deparar-se-á com a necessidade de determinar o estágio linguístico que ele exhibe, para o qual será determinante analisar a variação linguística que a mesma obra reflecte. No sentido inverso, indagar sobre as variantes linguísticas de uma tradição textual com o fim de procurar nessa variação informação sobre o devir histórico da língua pode ser especialmente produtivo, e não só para a tradição manuscrita medieval, mas também nos alvares da difusão da imprensa.

Propomo-nos nestas páginas realizar esse trabalho de indagação sobre as variantes linguísticas de *A Barca do Inferno* de Gil Vicente. Como sabemos, é apenas desta obra vicentina que chegou até aos nossos dias uma edição realizada em vida do autor e por ele sancionada, situação que, perante a ausência de manuscritos autógrafos, a converte em *codex optimus*. O valor desta primeira edição de *A Barca do Inferno* (circa 1518) tem sido destacado por diversos estudiosos vicentinos como Charles D. Ley e Israël S. Révah, que optaram por esta lição para a edição do auto, face à lição oferecida pela *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente* de 1562.² I. S. Révah expõe na introdução à sua edição de 1959 da obra as razões que o levam a preferir a lição de 1518. Segundo o filólogo, a intervenção dos filhos do dramaturgo, personalizada em Luís Vicente, na publicação da obra completa vicentina foi nefasta, como vem a demonstrar o confronto das variantes textuais das duas edições referidas, chegando a afectar a métrica, a rima, o estilo e a língua literária do pai del teatro português.³

Em relação às modificações linguísticas introduzidas por Luís Vicente, Révah considera que elas respondem a um propósito modernizador tal que adultera por completo a língua vicentina, de forma que “le philologue devra désormais utiliser avec la plus grande prudence les textes de la *Copilaçam* de 1562. Dans les pièces dont on ne connaît pas de version différente de celle éditée par Luís Vicente, on ne pourra jamais soutenir l’authenticité vicentine de telle particularité phonétique, lexicologique, syntactique ou stylistique.”⁴ A seguir Révah examina as principais divergências linguísticas entre as duas edições, limitando-se aos âmbitos fonético e morfológico, e incluindo também a fonética sintáctica.⁵ O rejuvenescimento da língua vicentina visado pela *Copilaçam* tem sido reconhecido também por outros estudiosos como Paul Teyssier. O filólogo francês assinala, contudo, que a modernização de formas linguísticas afectou apenas aquelas que pertenciam à língua normal, mas não atingiu as formas caracterizadoras da fala particular de certas personagens, que não só foram respeitadas na edição de 1562, mas também em outras edições contemporâneas ou posteriores a ela.⁶

A análise pormenorizada das variantes linguísticas das duas edições, perfila-se, pelo que vemos, indispensável para determinar, junto com o estudo das variantes textuais, qual é o *codex optimus* de *A Barca do Inferno*.⁷ Assim, pretendemos aqui inquirir as duas edições para avaliar se efectivamente, como formulava Sánchez-Prieto no parágrafo *supra* citado, o que sabemos da história da língua permite-nos distinguir uma lição mais genuína. Por outro lado, percorrendo a via em sentido contrário, consideramos que tal análise interessará também pelos dados que pode vir a proporcionar à história da língua portuguesa. Entre os inícios do século XVI e a data de publicação da *Copilaçam* a língua portuguesa perfaz a sua modernização de forma acelerada, facto a que não é alheia a actividade normativizadora desempenhada pela imprensa, como potente mecanismo uniformizador de formas e usos linguísticos.

O objectivo deste estudo determina que coloquemos o problema prévio da própria definição de variante linguística. Partimos da consideração de que variantes linguísticas são aquelas formas de variação que não modificam o sentido do texto. Embora esta definição pudesse ser problematizada, não é esse o objectivo deste estudo. Digamos apenas que se as variantes linguísticas se distinguem das variantes textuais porque apenas estas últimas supõem uma alteração da substância textual, haveria que discutir em qual dos tipos se incluem as variantes de âmbito discursivo ou os casos de sinonímia lexical. Ora, para a análise das variantes nas

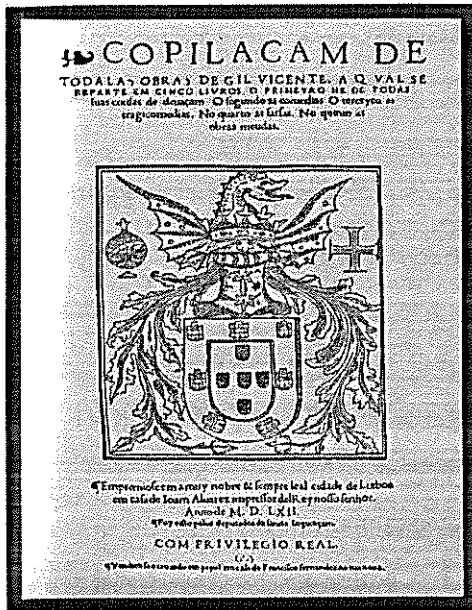
edições referidas de *A Barca do Inferno*, I. S. Révah e Paul Teyssier consideraram apenas os planos fonético e morfológico.⁸ Pensamos, todavia, que uma análise completa deverá incluir as variantes gráficas e discursivas, estas últimas mais frequentes do que caberia supor. Assim, verificamos a existência dos seguintes tipos de variantes linguísticas entre as edições de 1518 y 1562 de *A Barca do Inferno*: a. variantes gráficas; b. variantes fonéticas; c. variantes morfossintáticas e d. variantes discursivas. Todas elas poderão oferecer-nos informação valiosa sobre o devir da língua portuguesa ao longo do século XVI e sobre o papel normativizador desempenhado

pela imprensa. Igualmente será interessante avaliar algumas dessas alterações vinculando-as aos processos de transmissão textual nesse século.

VARIANTES GRÁFICAS

As edições de 1518 e 1562 de *A Barca do Inferno* consignam usos gráficos comuns e diferenciais.⁹ Uma diferença fundamental é que 1518 apresenta escassa pontuação, com exceção de ponto final no termo de algumas estrofes. Pelo contrário, 1562 introduz uma pontuação bastante cuidada, com abundância de emprego de pontos finais e vírgulas. Igualmente, 1562 insere maiúsculas

em topónimos e antropónimos, que em geral estão ausentes em 1518, como *berzebuu* (12) > *Berzebuu*, *anrique* (23) > *Anrique*, *barreyro* (231) > *Barreyro*, etc.¹⁰ Também se aprecia que 1562 desdobra com frequência abreviaturas, já que estas são mais abundantes na edição de 1518, como *vº q* (24) > *vos que*, *õde* (25) > *onde*, *psdes* (55) > *prestes*, *porq* (84) > *porque*, *qr* (132) > *quer*, *qnto* (144) > *quanto*, etc. A edição de 1562 também separa com frequência palavras que aparecem tipograficamente unidas em 1518, como *aree* (3) > *a ree*, *defora* (32) > *de fora*, *aty* (41) > *a tí*; ou unidas, como em *par deos* (70) > *Pardeos*. Comprova-se, portanto, um evidente maior cuidado ortotipográfico na edição de 1562.



A análise pormenorizada dos usos gráficos de ambas as edições permite afirmar que a edição de 1562 moderniza a ortografia de 1518, ao tempo que apresenta uma maior uniformidade nas suas opções gráficas, e isso apesar da variação gráfica que ainda subsiste na edição mais recente. O propósito modernizador da edição de 1562 aprecia-se, por exemplo, no tratamento de *h*, adequando o seu uso à etimologia, e em consequência eliminando o grafema em formas como *hir* (10, 40) > *yr*, *hijis* (67) > *ys*, *byr* (210) > *yr*, *hyrey* (576) > *yrey*, *bonde* (615) > *onde*, *burdir* (749) > *vrdir*, etc.; ou introduzindo-o em formas verbais de *haver*, como *a* (28) > *ha*, *as* (201) > *has*, e outras como *oras* (337) > *horas*. Persistem, contudo, em 1562 alguns usos anti-etimológicos como *auéis* (51) > *auéis*, *auemos* (265) > *auemos*, *auerdes* (354) > *auerdes*, *ey* (396) > *ey*, etc. Só muito raramente 1562 introduz o uso anti-etimológico de *h*, como em *adoecer* (253) > *hadoecer* e *onzeneyro* (183) > *honzeneyro*.

1562 também procede eliminando alguns usos anti-etimológicos de *h* amplamente difundidos na tradição manuscrita, como a utilização deste grafema nas formas do artigo ou dos clíticos pronominais. Assim: *ho* (artigo, 59, 96, 161, 211, etc.) > *o*, *ho* (clítico, 115, 133) > *o*, *dhũ* (151) > *dum*. No entanto, alguns usos diacríticos de *h* provenientes da tradição manuscrita mantêm-se em ambas as edições, como é o caso da terceira pessoa singular do Presente do Indicativo do verbo *ser*: *he* (24, 71, etc.). Para além disso, 1562 introduz com frequência *h* com valor diacrítico para grafar exclamações, como em *o o* (19) > *hoo*, *oo* (20, 107, 134) > *ho*, *ou* (67, 252) > *hou*, *aa* (68) > *ah*, *oula ou* (69) > *houla hou*, ou contracções, como *a* ('à', 1, 9, 106, 129, 176, 340, 617) > *ha* e *aquelle* ('aquele', 537) > *haquelle*.

Também procedia do uso manuscrito o emprego de *ll* por *l*, muito frequente em 1518, e que a edição de 1562 tende já a eliminar, como em *diuinall* (83) > *diuinal*, *vallente* (180) > *valente*, *pullo* (251) > *pulo*, *burrella* (282) > *burrela*, *carauella* (20) > *carauela*, *batell* (615) > *batel*, etc. No entanto, a eliminação de *ll* nessa edição está longe de ser sistemática, como mostram exemplos como *ella* (146, 150, 152, 156, etc.), *aquelle* (6, 7), *aquella* (17, 18), *vella* (177), etc. Mais raramente dá-se o caso de que 1562 introduza o uso duplo de *l*, como em *solar* (80) > *sollar*, *vela* (290) > *vella*, etc.

A variação gráfica da época é patente no emprego do grafema *y*. Muito frequente em 1518, é substituído por *i* em 1562 em formas como *yso* (31) > *isso*, *aty* (41) > *a ti*, *assy* (26, 41, 54, etc.) > *assi*, *ty* (49, 132, 167) > *ti*, *ryo* (59) > *rio*, *ysto* (71, 133) > *isto*, *my* (113) > *mi*, *vy* (135) >

ri, dhr (201) > *dir, hy* (193) > *hi*, etc. Com menor frequência, 1562 conserva o uso em formas como *ylba* (27) > *ylba, ygreja* (170) > *ygreja*, etc. O uso de *y* em ambas as edições é especialmente produtivo para grafar o elemento semivocálico de um ditongo, como em *feyto* (4, 15), *vay* (5, 25, 27, 29, 167, etc.), *leyto* (14), *cuydando* (48), *pay* (53), *cuydam* (73), *sey* (84), *ribeyra* (91), *muy* (87), etc. Embora já frequente em 1518, este uso amplia-se consideravelmente em 1562, como mostram os seguintes exemplos: *bandeiras* (21) > *bandeyras*, *passageiros* (37) > *passageyros*, *feçam* (39) > *feçam*, *derradeira* (51) > *derradeyra*, *cadeira* (52, 95) > *cadeyra*, *barqueiros* (68) > *barqueyros*, *maneira* (92) > *maneyra*, *beçudo* (270) > *beyçudo*, etc. Só muito excepcionalmente se dá o caso contrário, como em *maneyra* (92) > *maneira*, *mays* (185) > *mais* ou *poys* (75, 145) > *pois*. O confronto de ambas as edições mostra-nos, portanto, que já em 1562 se aprecia a especialização de *y* como grafema correspondente ao elemento semivocálico palatal de um ditongo, uso que já tinha sido defendido por Fernão de Oliveira na sua *Gramática* de 1536.¹¹ A distância temporal entre as duas edições estudadas demonstraria que esse uso foi consagrado pela imprensa.

Uma diferença fundamental entre as duas edições estudadas corresponde à grafia do ditongo oral [aj]. 1562 moderniza quase sistematicamente a grafia *ae* de 1518 em *ai* ou *ay*, como em *caes* (40, 126) > *cais*, *passaes* (33) > *passais*, *zõbaes* (36) > *zombais*, *achaeas* (37) > *achais*, *mandae* (52) > *manday*, *embarcae* (55) > *embarcay*, *contentae* (57) > *contentay*, *digaes* (74) > *digaís*, *recolhaes* (81) > *recolhais*, *leuaeme* (91) > *leuayme*, *passeae* (164) > *passeay*, *entrae* (192) > *entray*, etc. O valor já ditongado da grafia *ae* em 1518 demonstra-se em rimas como *embarcae/pay* (vv. 50 e 53) e *vay/contentae* (vv. 54 e 57), formas que em 1562 são uniformadas em *ay*.

Um dos usos gráficos mais destacáveis em ambas as edições é o recurso frequente à reduplicação vocálica. Esta é uma característica da ortografia portuguesa desse período, à qual os historiadores da língua concedem a funcionalidade de indicar abertura vocálica ou tonicidade. Seja como for, é claro que nos inícios do século XVI duas vogais iguais etimológicas já se pronunciavam geralmente como uma só, representando ambos os grafemas vocálicos uma só vogal. Nas edições estudadas a frequência deste uso não parece responder a uma única funcionalidade. Assim, a edição de 1562 mantém formas reduplicadas em 1518 como *oulaa* (1), *maree* (2, 107, 263), *ree* (3), *mytieramaa* (5), *Quee* ('quê', 36), *pee* (161, 260), *soo* (255), *eramaa* (328), etc. Observa-se nestes exemplos que o uso reduplicado parece indicar tonicidade e abertura vocálica, e só mais raramente a tonicidade de uma vogal semifechada (*Quee*).

1562 procede também eliminando a reduplicação, como por exemplo em *hijs* (67) > *ys, huũ* (108, 397, 427) > *hum, veer* (130) > *ver, vaa* (149, 361) > *va, maa ora* (182) > *maora, vee* (229) > *ve, daa* (242) > *da, pouoo* (327) > *pouo, neela* (346) > *nella, cortesaão* (372) > *cortesam, vijr* (473, 481) > *vir, caães* (670) > *cães, escriuaães* (671) > *escriuães, boõ* (680) > *bom* ou *door* (696) > *dor*. No entanto, este uso alterna com a introdução da reduplicação em casos em que ela não aparece em 1518, como por exemplo em *o* (exclamação, 11, 114, 166) > *oo, esta* (4, 405, 468, 689) > *estaa, entrara* (95) > *entraraa, cabera* (96) > *caberaa, estara* (175) > *estaraa, oula* (208, 264) > *oulaa, la* (213, 371, 484, 688) > *laa, tomara* (217) > *tomaraa, yräs* (236) > *yraas, choraras* (239) > *choraraas, cortes* (243) > *cortees, de* (259) > *dee, podera* (320) > *poderaa, hira* (349) > *yraa, estas* (362) > *estaas, de* ('dê', 399, 423) > *dee, ar* (609) > *aar, ma* ('me há', 630) > *maa e ca* (689) > *caa*. A frequência de introdução da reduplicação vocálica em 1562 explica-se pela utilização deste recurso para marcar as palavras oxítonas em posição de rima, evitando assim possíveis ambiguidades. De facto, em 1562 as grafias reduplicadas são solidárias entre si em posição de rima, isto é, constituem-se como marca gráfica da rima oxítona, o que nem sempre acontece em 1518. Seja como for, a utilização recorrente deste recurso gráfico por parte de 1562 parece demonstrar que o uso da reduplicação vocálica estava fortemente arraigado ainda nos costumes gráficos da segunda metade do século XVI, com a funcionalidade preferente de marcar tonicidade. A edição de 1562 só muito raramente introduz este uso gráfico em sílaba átona, como acontece em *eessora* (28) > *essora, naaquella* (289) > *naaquella, alem* (297) > *aalem, perlinhas* (529) > *peerlinhas* ou *pregaçam* (789) > *preegaçam*. Finalmente, como já mencionámos, 1562 substitui com frequência a reduplicação vocálica pelo uso de *h* para a marcação diacrítica de algumas interjeições e contracções (*vide supra*), alternando com a conservação da reduplicação com o mesmo valor, como em *o* ('ò', 268) > *Oo, o* ('oh' 11, 107, 114, 238, 268) > *oo*. Que este uso é ainda muito errático evidencia-se noutros exemplos, como *aa* ('à', 1, 9) > *baa, a* ('à', 177) > *aa, oo* ('oh', 19) > *boo, o* ('oh', 23) > *boo, oo* ('oh', 166) > *o, bo* ('oh', 418) > *oo*.

Consideramos meras variantes gráficas, e portanto sem pertinência fonética, as formas *peor* (71) > *pior, peolhos* (521) > *piolhos, linguagem* (316) > *lingoagem e freguados* (676) > *fragoados*, onde se observa uma alternância entre as grafias *e/i* e *o/u* correspondentes a uma vogal fechada átona

respectivamente palatal e velar perante uma vogal tónica. Esta alternância gráfica era frequente no século XVI e a ela refere-se Fernão de Oliveira, ainda que o gramático considere 'ouvir' nesses casos *e* e *o* fechados. Pensamos, contudo, que ainda no caso de essas vogais serem etimológicas, já se pronunciavam como [i] e [u] no século XVI.¹²

Por último, a tentativa de regularização ortográfica por parte de 1562 observa-se também nas grafias correspondentes ao ditongo nasal *ão*. Assim: *daram* (172, 336) > *darão*, *leixarom* (191) > *deyxaram*, *pam* (283) > *pão*, *cordouã* (340) > *cordouão*, etc. Contudo, as soluções modernas convivem ainda nessa edição com as antigas, como *bolsã* (216) > *bolsam*, *coraçam* (219) > *coraçam* e *entam* (334) > *entam*. Outras intervenções modernizadoras em 1562 apreciam-se em relação com a regularização do uso de *r* e *rr*, como em *anrique* (23) > *Anrique*, *araes* (231) > *arraiz*, etc.; do uso de *s* e *ss*, como em *esoutro* (94) > *essoutro*, etc.; de *g* e *gu*, como em *cigharra* (292) > *cigarra*, *pinguado* (416) > *pingado*, etc.; ou de *c* e *ç*, como em *çegou* (238) > *cegou*, etc.

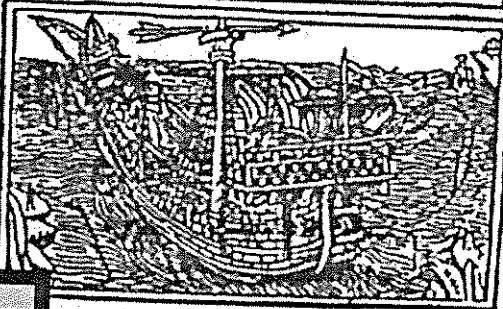
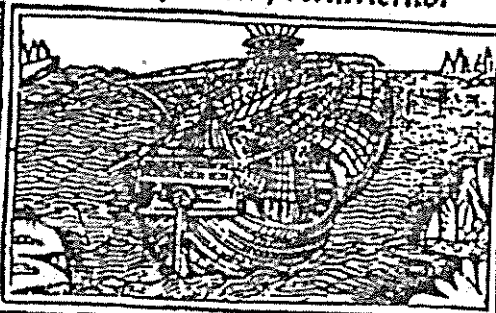
Podemos concluir a partir da análise dos usos gráficos das duas edições que o propósito modernizador da *Copilaçam* advertido por alguns estudiosos evidencia-se também no âmbito ortográfico, mesmo se as soluções modernas não são sempre sistemáticas nessa edição. É interessante observar em 1562 que em posição de rima as opções gráficas são sempre solidárias entre elas, ainda que a identidade gráfica nem sempre corresponda à identidade fonética dos elementos rimados.

VARIANTES FONÉTICAS

Como acontece com as grafias, o confronto das duas edições oferece-nos um conjunto de variantes fonéticas, sendo muito frequente que a variante oferecida por 1562 seja a que se consolidou no português moderno. A essa situação correspondem variantes como *abaxa* (16) > *Abayxa*, *leyxo* (43) > *deyxo*, *leixarom* > *deyxaram* (191), *boã* (176) > *boa* (90), *erguejas* > *ygrejas* (281), *reuerença* (423) > *reuerencia*, *Frorença* (463) > *Florença*, *bejo* (678) > *bejjo* ou *moesteyro* (782) > *mosteyro*. Um caso frequente dentro das variantes fonéticas é consequência de um fenómeno muito comum na língua portuguesa antiga e que perdura na clássica, se bem que com intensidade

decrecente: a variação no timbre das vogais átonas. Também neste caso, a edição de 1562 oferece normalmente a variante que se consagrou na língua contemporânea. Assim: *escruua* > *escrueua* (137), *duçura* (122) > *doçura*, *guardanapo* (278) > *guardanapo*, *dezia* (158) > *dizia*, *antrecosto* (273) > *entrecosto*, *engelada* (531) > *angelada*, *martallada* (531) > *martellada*, *testões* (567) > *lostões*, *pinedos*

Tragicomedia alegórica del parayso y del infierno.



Moral representació del diuerio

que hazen las animas partiendo desta presente vida por los dos naujos que aqui parecen: el vno el otro di infierno. Enya subtil maticion y magergumento dela obra se puede ver. 1559.

Ato de moralidade composto per Gil vicete. Por contemplaçem da serenissima e muito catholica e nobreissima Rainha nossa senhora: e representada per seu madao no poderoso principe e muy alto rey do Reyno de portugal de seu nome. Comença declaraçã e argumẽto da obra. E primieramente no presente auto se segura que no porto q acabamos despirar chegamos supitamente a hu rreio qual per força auemos de passar: em hu de osas baies q naquillo porto estã. Hu delle passa para he paraíso: e ho outro para he inferno: es des baies tan cada hu seu arrey na p. oa: pode parayso hu arrey: e ho inferno hu arrey. infernal e hu companheiro. Do primiero enrelocutor he hu fidalgo que chegua com hu page q he seu hu rudo muy compio: e huã cadeya a despatona. E comeca boarrey do inferno essa maneyra ante que he de alguo tempo.

(666) > *penedos*, *custumagem* (632) > *costumagem*, *freguados* (676) > *fragoados*, *encubry* (700) > *encobri* ou *bruiayros* (717) > *breuiayros*. Mais raramente 1562 apresenta a variante fonética que não se consagrou, como em *fantasia* (116) > *fantesia*, *pimentel* (198) > *pimintel*, *mester* (327) > *mister*, *chantadas* (356) > *chentadas*, *broquel* (422) > *bruquel*, *desgrima* (424) > *disgrima*, *cuydaes* (539) > *cudais*, *corregidor* (579) > *corregedor*, *direyto* (611) > *dereyto* ou *burlas* (675) > *bultras*.

Um outro tipo de variantes fonéticas que surgem da comparação das duas edições são as que resultam de fenómenos fonéticos como a apócope. Este tipo de variação linguística também era frequente no português antigo, sobrevivendo no século XVI.¹³ Cabe pensar, contudo, que estes fenómenos fossem condicionados também pelo metro do verso. Assim, encontramos exemplos em que uma sequência perde uma sílaba em 1562 em relação com 1518 como consequência da apócope da vogal de um clítico, como em *me ouuís* (68) > *mouuís, se embarca* (82) > *sembarca, de embarcar* (171) > *dembarcar, te enganou* (215) > *tenganou, te ajudou* (237) > *tajudou, de entrar* (307) > *dentrar, me ham* (333) > *mão, de enlbeos* (494) > *denleos, como eu* (534) > *comeu, me auéis* (544) > *maueis, de emportunar* (545) > *demportunar* ou *te acuda* (584) > *tacuda*. No entanto, em 1562 também se produz o fenómeno contrário, isto é, o aumento em uma sílaba, resultando em geral do desdobramento de amálgamas ou da recuperação da vogal átona de um clítico. Assim: *forçe* (234) > *força é, trintanos* (326) > *trinta annos, tespero* (329) > *te espero, peraqui* (335) > *pera aqui, estabito* (390) > *este habito, nauença* (404) > *na auença, o quaues* (489) > *o que auéis*.

Mais raramente, as variantes fonéticas resultam de fenómenos de aférese, como em *arrenegaria* (318) > *renegaria, aqui* (89) > *qui, ainda* (196) > *inda*; prótese, como em *leuantay* (429) > *Aleuantay, renegues* (247) > *arrenegueis* e epéntese, como em *sabroso* (485) > *saboroso*.

Dois variantes curiosas introduzidas em 1562, *valdes* > *valdeis* (482) e *marfym* (172) > *marfi*, justificam-se unicamente como licenças poéticas condicionadas pelo contexto da rima, em *eis* no primeiro caso e em *i* oral tónica no segundo.

VARIANTES MORFOSSINTÁCTICAS

As variantes morfológicas e sintáticas que surgem do confronto de ambas as edições são também abundantes. Como no caso das variantes gráficas e fonéticas, as variantes morfossintáticas introduzidas por 1562 explicam-se com frequência em virtude da pulsão modernizadora de que falamos. Essa é a intenção que parece presidir a intervenções como a actualização de

formas morfológicas verbais como *vinraa* (8) > *viraa*, *vinra* (165) > *viraa*, ou *poeremos* (616) > *poremos*; de advérbios, conjunções ou preposições como *coma* (672) > *como*, *ataa* (763) > *atee*, *aca* (738) > *ca*, *muy* (814) > *muyto*, *per* (234 e 652) > *por*, *mays* e *mais* (700 e 792) > *mas*; de pronomes, como *esto* (444) > *isto*; ou de contracções como *ho* (513, 577) > *ao*, *coa* (586) > *com a*. Também correspondem a usos mais modernos a eliminação da flexão de género em *martella* ('mártir', 509) > *martele*; a introdução do artigo na expressão adverbial de quantidade *a molhos* (524) > *hos molhos*; a eliminação de uma contracção de clítico e artigo, em *auoreceolho sermam* (793) > *auorrecelhe o sermão*; a introdução do artigo perante topónimo em *de pampulha* (294) > *da pampulha*; a eliminação da preposição na perífrase *fuy maa ora a morrer* (254) > *fuy maa ora morrer* ou a alteração da regência verbal em *dando na bomba* (682) > *dando aa bonba*.

Contudo, não faltam variantes morfossintáticas introduzidas por 1562 que representem formas menos modernas. Assim acontece na correcção da preposição *para* em *pera* (67, 213, 303, 396) ou da contracção *pella* (394, 643) em *polla*; na introdução ocasional dos clíticos *no* e *na* após uma forma nasal não verbal, como em *a quem ha* (155) > *a quem na* e *nom o* (323) > *e nam no*; na eliminação do uso do artigo perante adjectivo possessivo, em *embarca vossa doçura* (122) > *Embarque vossa doçura* e *na vossa pousada* (245) > *em vossa pousada*; ou na introdução das formas mais populares das contracções de preposição e artigo, como *ao* (226) > *oo*, *com o* (730) > *co*, *com ho* (780) > *co* e *com a* (470, 731) > *coa*, embora se verifique também a intervenção contrária, como em *hoo* (361) > *ao* e *coa* (586) > *com a*; na introdução de contracção de clítico e artigo em *bejo vos las mãos* (678) > *Beyjouolas mãos*; ou na alteração de formas verbais como *diseme* (797) > *dixeme*.

Em outros casos resulta mais difícil avaliar as variantes introduzidas por 1562 desde uma perspectiva diacrónica, podendo ser consideradas como formas epocais coetâneas. Assim acontece com *Aynda agora* (196) > *Indagora, ora sus* (435) > *eya sus, muy fora* (212) > *bem fora, ca fundo* (515) > *ca em fundo, entrara la* (464) > *ha la dentrar, hira nesta barcada* (753) > *yraa desta barcada, que ao inferno* (795) > *que pera o inferno* ou *ho Moniz* (796) > *E Moniz*. Outras variantes, como *em boa ora* (15) > *em bonora, maora* (16) > *aramaa, eramaa* (268) > *yeramaa, muytieramaa* (742) > *muyto arama* ou *samicas* (257) > *samica*, fazem parte da variação estilística própria da língua vicentina.¹⁴

Algumas actualizações da morfologia verbal em 1562 requerem especial atenção. É o caso da primeira pessoa de singular do Presente do Indicativo do verbo *ser*. Como sabemos

graças ao testemunho do gramático Fernão de Oliveira, no português da primeira metade do século XVI conviviam quatro formas com esse valor: *som*, *so*, *são* e *sou*. Desse traço de morfologia abundante, próprio do final do período arcaico médio, dá conta a obra vicentina, que documenta cinco variantes, acrescentando *sejo* às já mencionadas. A distribuição destas formas na obra completa de Gil Vicente foi estudada por Paul Teyssier, que regista 114 ocorrências de *são* <sam>; 62 ocorrências de *sou*; 3 ocorrências de *so* <soo> documentadas em *Clérigo da Beira*, *Auto da Feira* e justamente na edição de 1518 de *A Barca do Inferno*, onde esta forma rima com *voo*; 9 ocorrências de *som*, das quais apenas uma corresponde à edição de 1518 de *A Barca do Inferno*, posta em boca de Brísida Vaz; e finalmente uma só ocorrência de *sejo*, na boca de um lavrador da *Barca do Purgatório*.¹⁵ Interessa destacar que da análise feita da distribuição destas formas, Teyssier conclui que, com a excepção de *sejo*, forma presumivelmente muito marcada como rústica, o resto de variantes não o eram, convivendo todas elas na fala comum da primeira metade do século XVI. Esta descrição permite observar que já há formas em processo de desaparecimento, como *som*, de uso restringido (9 ocorrências) mas usada por distintos tipos de personagens, pelo que não pode classificar-se como variante rústica.¹⁶

Ora, o que resulta do nosso cotejo das edições de 1518 e 1562 é que a primeira edição reflecte a variação morfológica própria do seu tempo ao mostrar variantes formais que já em 1562 convergem em *sou*, a forma que se consolidou na língua portuguesa moderna. Em suma, 1518 mostra: 1 caso de *são* <sam>; 3 casos de *som* <sõ, som> (face a um só caso citado por Teyssier para este texto); 4 casos de *so* (face a um só caso citado por Teyssier para este texto), com as grafias <so> ou <soo>. 1562, pelo contrário, empobrece notavelmente a riqueza linguística do texto ao actualizar em *sou* 5 formas: *sam* (73) > *sou*, *so* (80) > *sou*, *som* (530) > *sou*, *so* (523) > *sou* e *som* (694) > *sou*. Na variante *sõ* (372) > *sam* introduz-se uma forma mais moderna que não se consolidou em português, e em *soo* (509) > *som* uma forma que é eliminada em outras ocasiões em 1562. Se atendermos à sua utilização por parte das personagens, Brísida Vaz serve-se em 1518 de *som*, *soo* e *so*, formas que em 1562 se vêem alteradas em *som* e *sou*. Igualmente, o fidalgo usa *sam* e *soo* em 1518, enquanto que em 1562 essa variação se anula num único *sou*. Do que acabámos de expor deduz-se que na edição de 1518 não aparece uma só vez a forma *sou*, que, contudo, prevalece na edição de 1562.

Outra intervenção recorrente na morfologia verbal por parte de 1562 é a que afecta as terminações das formas de segunda pessoa do plural da segunda conjugação. A edição de 1518 apresenta de modo geral, para os verbos da segunda conjugação, grafias em *ees*, que a edição de 1562 actualiza sistematicamente em *eis*. Assim: *cuydarees* (244) > *cuydareis, querees* (605) > *quereis, trazees* (608) > *trazeis, verees* (612) > *vereis, fazce* (625) > *fazey, serees* (680) > *sereis, estees* (742) > *esteis*, etc. Poderíamos pensar, pois, que a grafia <ees> de 1518 já corresponde às formas modernas ditongadas em *eis*, do mesmo modo que a grafia <aes> corresponde a formas em *ais* nessa edição para as formas da mesma pessoa dos verbos da primeira conjugação, que são actualizadas sistematicamente em *ais* em 1562. Assim: *passaes* (33) > *passais, zõbaes* (36) > *zombais, achaaes* (37) > *achais, mandae* (52) > *manday, embarcae* (55) > *embarcay, contentae* (57) > *contentay, digaes* (74) > *digais*, etc. De facto, em 1518 surgem também umas poucas ocorrências de grafia ditongada, como *auéis* (51 e 84) > *auéis, conbecereys* (609) > *conbecereis, daruosey* (246) > *daruosey* ou *passeys* (570) > *passeis*. Todavia, são mais frequentes as grafias em *es* e *e* (esta última para o imperativo), que não poderiam corresponder às formas ditongadas, mas que devem ser interpretadas como variantes morfológicas em *-ês* e *-é*, que resultam da crase das duas vogais em hiato. Assim: *respondeme* (69) > *respondeyme, yres* (98) > *ireis, acharuoses* (104) > *acharuoseis, tomares* (124) > *tomareis, sabes* (225) > *sabeis, hyres* (602, 643) > *yreis, hires* (670) > *yreis, renegues* (247) > *arrenegueis, poderes* (346) > *podereis, sabes* (373) > *sabeis, sabe* (420) > *sabey, trazes* (487) > *trazeis, o quaués* (489) > *o que auéis, sentires* (556) > *sentireis* ou *queres* (571) > *quereis*. Como se comprova nas ocorrências, 1562 actualiza sempre estas formas nas correspondentes modernas ditongadas. Esta variação gráfica em 1518 parece reflectir, portanto, uma variação morfológica possível no português da primeira metade do século XVI, entre formas verbais em *-ês/é*, muito mais frequentes nessa edição, e formas ditongadas em *-eis/ei*.¹⁷ A edição de 1562, pelo contrário, elimina de novo essa traço de variação morfológica.

Outra reflexão necessária em relação com as variantes morfológicas em *A Barca do Inferno* afecta o advérbio de negação *não*. Em 1518 surgem duas grafias para esta forma, <nam> e <nom>. Paul Teyssier considera, na sua recente edição da obra, que essa variação gráfica corresponde a uma variação morfológica do advérbio de negação em posição átona, isto é quando o advérbio se situa perante uma forma verbal, entre uma forma *nom*, grafada <nom>, e outra já ditongada *não*, grafada <nam>. No entanto, aponta o filólogo, em posição tónica a negação aparece sempre na edição de 1518 na sua forma moderna *não*, grafada <nam>. Em palavras suas:

Ainsi notre texte conserve encore le souvenir d'un état de la langue dans lequel le portugais avait deux formes de la négation issue du latin NON: une forme tonique *não* et une forme atone *nom*. Cette dualité de formes existe toujours en français (forme tonique: *non*, forme atone *ne*). En portugais *não* sera généralisé dans la langue moderne standard.¹⁸

Consequentemente com o valor morfológico diferencial que concede às grafias <nom> e <nam>, Teyssier respeita essa distinção na sua edição da obra, mantendo as formas *nom* e actualizando em *não* unicamente a grafia <nam>. Em 1518 documentam-se 40 formas em *nom*,¹⁹ e apenas 26 formas em *nam*. Ora, na edição de 1562 a grafia do advérbio de negação unifica-se em <nam> e <não>, desaparecendo todo o vestígio de uma grafia correspondente à suposta forma *não* ditongada. Portanto, de ser pertinente para a língua vicentina a distinção morfológica apontada por Teyssier, esta perde-se completamente na *Copilaçam*.

Em suma, como mostrámos nos casos analisados, a edição de 1562 actualiza notavelmente a morfossintaxe da primeira edição de *A Barca do Inferno*, contribuindo para a perda de riqueza linguística, que é uma das marcas características da obra vicentina.

VARIANTES DISCURSIVAS

As intervenções ao nível do discurso são também frequentes em 1562. Elas respondem a um propósito de actualização do texto, que consiste fundamentalmente na explicitação das relações sintácticas dos seus elementos. Neste sentido, a intervenção mais significativa em 1562 consiste na introdução ou alteração dos conectores do discurso, destinada a aumentar a coesão discursiva do texto. Assim acontece nos seguintes casos:²⁰

vay tu muytieramaa / atesa aquella palanco (5-6) > Vay alij muytieramaa / e atesa aquella palanco,
que. que. que. assy lhe vay (54) > Que que que, e assi lhe vay,
o triste em quanto viui (114) > oo triste que em quanto viui
venha essa prãcha veremos (120) > Venha essa prãcha e veremos
esperarmees vos aqui (128) > Mas esperayme aqui

nom ha hy choro dalegria (157) > E não hahi choro dalegria.
a cadeyra he ca sobeja (169) > **que** a cadeyra he ca sobeja,
pera onde he a viagem (200) > E pera onde he a viagem.
Pera onde he a passagem (204) > Mas pera onde he a passagem.
Aqueloutro marinheiro (228) > **que** aqueloutro marinheyro
entra entra remaras (232) > Entra entra e remaras
e pera onde he a viagem (312) > Mas pera onde he a viagem.
os que morrem confessados (314) > E os que morrem cõfessados
esta he tua barca esta (317) > **que** esta he tua barca esta

e tu morreste escomungado / nom o quiseste dizer. (322-323) > E tu morreste escomungado /
e nam no quiseste dizer,

aqui estou tambem guardado (439) > **mas** aqui estou guardado
como nom vem ella já. (480) > **porque** nam vem ella já.
e pareço mal ca defora (552) > **que** pareço mal ca fora.

Ysto muyto em seu syso / e era sancto o meu baraço / eu nam sey que aqui faço (806-808) >
e isto muyto em seu siso, / e que era sancto o meu baraço, / **porem** nam sey que aqui faço,

Para além da intervenção, como se observa muito frequente, nos conectores do discurso, outras variantes de 1562 explicam-se como consequência da explicitação de formas dêicticas. Assim:

ora senhor descansae. / Passeae e sospirae (163-164) > Ora agora descansay,/ passeay e sospiray

furtaste ho trinçam frade (466) > furtaste esse trinchão frade.

e ho bode ha ca de vir (562) > E esse bode ha ca de vir.

Também frequente é a introdução do pronome sujeito *eu* na edição de 1562. Assim: *açotes tenho leuados* (510) > *açoutes tenho eu leuados; se fosse ho fogo infernal* (513) > *se eu fosse ao fogo infernal; me vou que he mays real* (516) > *me vou eu, que he mais real.; cuydaees que dormia sono* (539) > *cudais que dormia eu sono; que os que morrem como fiz* (768) > *que os que morrem como eu fiz*. Este tipo de intervenção, consistente na projecção de constituintes oracionais, já foi observada igualmente na análise de variantes linguísticas de textos medievais.²¹

Por último, outro tipo de variantes introduzidas por 1562 têm a ver com o tratamento usado pelas personagens, com o objectivo de corrigir o uso por *tu* pelo uso por *vós*. Assim: *entra* > *entrai* (o diabo a Joane o parvo, 251); *estás* > *estais* (o diabo ao procurador, 691); *entra* > *entrai* (idem, 692); e *eu te direi* > *Eu vos direy* (o enforcado ao diabo, 756).

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A comparação pormenorizada das edições de 1518 e 1562 de *A Barca do Inferno* permite-nos afirmar que as variantes linguísticas entre ambas são abundantes, manifestando-se não apenas nos âmbitos gráfico, fonético e morfossintáctico, mas também a nível discursivo. Como se descreveu em pormenor, a edição de 1562 intervém profundamente na língua da edição de 1518 com a intenção de a modernizar, embora a *Copilaçam* ainda exiba uma certa variação linguística que era comum no português da segunda metade do século XVI.

Esse propósito actualizador da língua evidenciado por 1562 parece-nos plenamente consciente por parte dos responsáveis pela publicação, pois só assim se explica a sistematicidade com que se aplica. Na realidade, a *Copilaçam* mostra-nos, no seu afã de sistematizar e modernizar a língua da obra vicentina, como a imprensa agiu como agente muito activo no processo de normatização linguística ao longo do século XVI. Ora, se essa edição mostra seguir já alguns usos gráficos que foram consolidados pela imprensa no período clássico do português, é sobretudo no âmbito da morfossintaxe que se comprova uma intervenção consciente no sentido de eliminar a variação característica da edição de 1518 e de a adaptar à fala normativa da segunda metade do século. Finalmente, já a nível do discurso, as intervenções encontradas parecem responder ao que Sánchez-Prieto considera como um princípio psicológico que age com frequência na transmissão de textos e de maneira não tão consciente ou intencional como se poderia supor.²²

Assim, mesmo aceitando, como diz Teyssier, que a intervenção modernizadora não chegou a atingir aquelas formas mais caracterizadoras das personagens, que foram interpretadas como traços estilísticos e por isso respeitadas, consideramos que a *Copilaçam* desconfigura a língua literária vicentina. É claro que a inexistência de autógrafos limita as possibilidades de juízo sobre a língua genuína do autor e sobre o alcance do seu uso estilístico da variação linguística do português das primeiras décadas do século XVI. Contudo, a existên-

cia de uma edição feita em vida do autor e com o seu consentimento permite-nos considerar como mais próximas a ele as opções linguísticas evidenciadas por esse texto. Assim o faz a edição de 1518 de *A Barca do Inferno*, que, à falta de um manuscrito autógrafo, adquire o estatuto de registo de fala mais próximo do autor.

NOTAS

¹ Pedro Sánchez-Prieto Borja, "La lengua como problema en la edición de textos medievales", em Ramón Santiago, Ana Valenciano e Silvia Iglesias (eds.), *Tradiciones discursivas. Edición de textos orales y escritos*, Madrid, Editorial Complutense, 2006, pp. 117-162.

² Cfr. *Auto da barca do inferno, según la edición de 1517*, editado por Charles David Ley, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946 e Israël S. Révah, *Recherches sur les oeuvres de Gil Vicente*, vol. I, *Édition critique du premier 'Auto das barcas'*, Lisboa, s. n., 1951.

³ Cfr. I. S. Révah, *op.cit.*, pp. 73-126.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 93.

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 93-98.

⁶ Assim o exprime no seu fundamental e conhecido trabalho sobre a língua vicentina, *La Langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959, que aqui citaremos na sua recente tradução para português: *A Língua de Gil Vicente*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Cfr. pp. 19-24.

⁷ Como já mencionámos, Ley y Révah tomam como texto base para as suas edições a lição de 1518. Mais recentemente faz o mesmo Paul Teyssier, na sua edição e tradução para o francês de *A Barca do Inferno*. Cfr. Gil Vicente, *La Barque de L'Enfer*, édition critique, introduction, traduction française & notes de Paul Teyssier, Paris, Chandeigne, 2000. Todavia, existem numerosas edições, em geral divulgativas, que continuam a optar pela lição da *Copilaçam*. Como excepção, Paulo Quintela tentou estabelecer o texto da obra considerando criticamente as lições das duas edições. Cfr. Gil Vicente, *Auto da moralidade da embarcação do inferno*, Coimbra, Atlântida, 1946.

⁸ Cfr. I. S. Révah, *op.cit.*, pp. 93-98 e P. Teyssier, *A Língua*, pp. 19-24.

⁹ Fizemos o confronto das edições a partir dos fac-símiles editados em *As obras de Gil Vicente*, direcção de José Camões, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. Referiremos as edições de 1518 e de 1562 pelo ano de publicação.

¹⁰ Oferecemos a lição de 1518 seguida do número do verso onde se encontra a ocorrência, e à direita do signo > a variante da lição correspondente de 1562.

¹¹ Cfr. Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p. 108, onde o gramático afirma: "Ainda que nós pella maior parte lhe metemos no meio hum y consoante, como *Mayo, seyo, saya, ayo*, mas não sempre."

¹³ Cfr. Fernão de Oliveira, *op.cit.*, ed. cit., p. 111, onde o gramático afirma: "E em lugar de *i* pequeno serve *e* pequeno, como *memorea*, *hostea*, *necessareo*, *reverencea*, nas penultimas das quaes partes e outras semelhantes eu nunca escreveria *i* senão *e*, porque eu tenho que a penultima pura, ou ultima qualquer que se escreve com *i*, sempre tem o acento da dição, como *Maria*, *ouvir*, e as que não têm esse acento da dição escrevem-se com *e* pequeno e não com *i*, como já dissemos. Outro tanto dizemos de *u* vogal como dissemos do *i*, o qual *u* vogal sempre é grande, como *gorgulho*, *arguido*. E em lugar de *u* pequeno escrevemos o pequeno, como *argair*, *continoar* [...]". Paül Teyssier, pelo contrário, respeita as formas *peor* e *fregoados*, enquanto que actualiza as grafias de *piohos* e *linguagem*. Cfr. *La Barque*, pp. 28, 58, 82 e 100.

¹⁴ Assim no-lo confirma o gramático Fernão de Oliveira, contemporâneo de Gil Vicente: "Quando hũa dição acaba em vogal e outra dição logo começa também em vogal, se são ambas d'hum mesmo genero, misturam-se ambas e fazem hũa vogal; e às vezes grande de seu genero de que ellas eram, como *d'escrever* por *de escrever*, *estav'assi* por *estava assi*, e *com'os latinos* por *como os latinos*." Cfr. *op.cit.*, ed. cit., p. 109.

¹⁵ Em relação com as variantes das formas *em boa hora* e *em hora má*, cfr. Teyssier, *A língua*, pp. 622-628. Sobre *samica* e *samicas*, cfr. *ibidem*, pp. 99-103.

¹⁶ P. Teyssier, *A língua*, p. 96.

¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹⁸ Na edição de c. 1518, a forma *remarees* rima com *Valdes*, razão por que não é pertinente supor uma pronúncia ditongada da forma verbal. Na *Copilaçam* a forma verbal passa a *remareis*, com o que *Valdes* é alterada em *Valdeis*, com o objecto de manter a rima.

¹⁹ P. Teyssier, *La Barque de l'Enfer*, pp. 26-27, nota ao verso 60.

²⁰ A estas há que acrescentar cinco formas em *no*, que Teyssier edita como *nom*.

²¹ Para maior claridade, substituímos o signo tironiano por *e* e marcamos em negrito os conectores diferenciais em 1562.

²² Cfr. Pedro Sánchez-Prieto, *op.cit.*, p. 135.

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 134.